FRANGO

Crescendo em qualidade

Ao longo dos 10 primeiros meses do ano passado, a produção brasileira de frango de corte foi de 3,4 milhões de toneladas, igual à registrada no mesmo período de 1995. Essa repetição, após o forte crescimento de 21% detectado um ano antes, pode dar a impressão de que 1996 teria sido um ano problemático para o segmento, a ponto de desestimular novos investimentos. Longe de denunciar um retrocesso no setor, no entanto, essa estabilidade deve ser encarada como um sinal positivo. A explicação para o fenômeno passa pelo fato de que a criação de frangos é uma atividade de prazo relativamente curto, e essa agilidade é a grande responsável por sua capacidade de adaptação às mudanças de mercado.

O histórico descontrole dos criadores quanto à dosagem da oferta em relação à demanda fazia com que, a cada avanço do consumo, redobrasse o interesse no alojamento de pintos de corte, numa verdadeira corrida para o atendimento do mercado a preços mais convidativos do ponto de vista dos supridores.

Foi assim em 1995, numa reação em cadeia ao aumento da demanda gerado pela estabilidade dos preços com o fim do processo inflacionário. Naquele ano, o forte aumento da produção avícola brasileira acarretou acentuada contração nos preços do varejo, impulsionando as vendas à medida que o quilo do frango resfriado descia ao emblemático patamar de R$1,00 em meados do segundo semestre. Com isso, o frango de corte foi alçado ao posto de símbolo do Plano Real, muito embora a mídia tenha dado pouco destaque ao fato de que o preço baixo se dava à custa de um forte aperto na margem de lucro dos criadores.

De fato, foi violenta a retração da rentabilidade dos criadores, apesar da oferta recorde de milho da safra 1994/95. No segundo semestre de 1995, a relação média anual entre o preço recebido e o custo de produção das aves no estado de São Paulo ficou em apenas 0,99, traduzindo as dificuldades pelas quais passavam os avicultores.

Se os números de 1995 serviram para deixar patente a enorme capacidade produtiva da avicultura brasileira, por outro lado eles também serviram como um alerta para os criadores. Afinal, a eventual repetição dos resultados ao longo de 1996 nada mais acarretaria do que a falência de grande parte dos segmentos envolvidos nesta atividade, pela total impossibilidade de absorção de novos prejuízos pelo segundo ano consecutivo.

Realisticamente, pode-se afirmar que a repetição do patamar de produção em 1996 indica amadurecimento da postura empresarial no setor. Ante a previsível menor oferta de milho da safra 1995/96, a desaceleração do ímpeto consumista da população ao final da euforia inicial do plano econômico e o acirramento da competição no comércio internacional de carne de aves, os criadores compreenderam a necessidade de uma sintonia fina entre a sua oferta e o perfil da demanda, que harmonizasse os interesses de ambas as partes.

Avicultura de cortes

Coeficientes técnicos, custo de produção e preço no atacado em diversos países — 1995

Item	Brasil	EUA	China	Tailândia	França	Japão	Rússia	Arábia Saudita
Densidade (aves/m^2)	10 a 12	14	15 a 16	8 a 12	16 a 25	12 a 15	18	17
Idade de abate (dias)	45	46	45 a 49	42 a 44	41	50 a 55	45 a 64	42
Peso médio de abate (kg)	1,8 a 2,2	2,00	2 a 2,5	1,8 a 2	1,7 a 2	2,7 a 2,9	1,2 a 1,8	1,5
Mortalidade (%)	5,00	5,00	5,00	5,70	3,0 a 7,5	3,00	4,5 a 20	8
Conversão alimentar	2,00	2,00	2,1 a 2,2	1,9 a 2,1	1,8 a 2,0	2,1 a 2,3	2,7 a 4,3	2,1
Custo de alimentação/t (US$)	165	176	289	280	315	415	287	347
Preço atacadista (UScents/kg)	94	123	133(E)	140(E)	205	326(E)	265(E)	379(E)

Fonte: Centro Francês de Comércio Exterior.
(E) Estimativa.

O ineditismo dessa ação parece indicar também que o setor avícola brasileiro de corte tende — como ocorreu nos EUA — para a predominância das integrações sobre a avicultura independente e para a venda varejista de partes de aves e produtos de maior valor agregado sobre a de frangos inteiros, já que a baixa rentabilidade indicada pelo preço relativo frango/ração é mais do que compensada pelo retorno das vendas de subprodutos.

Mercado externo: bons ventos e um problema

No *front* externo, o panorama avícola foi alvissareiro. A manutenção do preço do milho em patamares muito mais baixos do que se previa, em conseqüência da menor produção do cereal, facultou menor custo de produção da carne destinada ao mercado internacional. O segundo motivo foi a decisão governamental, tomada em setembro último, de isentarem-se da cobrança do ICMS as exportações brasileiras de produtos primários e semi-elaborados. Com a ação conjunta destes dois elementos, o país pôde reposicionar-se no cenário mundial como o segundo maior vendedor de carne de ave, posição que havia perdido para a França e Hong Kong (que opera como um entreposto).

Os dados da Associação Brasileira de Exportadores de Frangos (Abef), relativos aos meses de janeiro a setembro de 1996, indicam que as exportações brasileiras de carne avícola chegaram a 407,6 mil toneladas, ou 27% a mais do que um ano antes. Foram dignas de nota as vendas de aves inteiras à Arábia Saudita (55% do total) e de partes de frangos ao Japão (44% do total).

Em termos de arrecadação, ela alcançou US$597,5 milhões FOB, significando preço médio de US$1.400/t FOB. No caso, houve queda de quase 6% ante o preço médio do mesmo período de 1995, justificado pelo aumento da concorrência internacional nesse comércio. A participação das vendas de partes de frangos sobre o total avançou dois pontos percentuais, chegando a 50%. Ou seja, à semelhança do que vem ocorrendo no mercado interno, também no que tange aos compradores estrangeiros as empresas vendedoras da carne vêm preferindo intensificar o comércio de produtos de maior valor agregado (ver *Agroanalysis* vol. 16, n. 4).

Para o ano como um todo, a Abef prevê que as exportações de carne avícola devam chegar a 550 mil toneladas. Confirmado, este número significaria um novo recorde para o país, num patamar 41% acima da média anual do período 1990-95. O setor comemora esse resultado, já que as 434 mil toneladas exportadas em 1995 haviam ficado 13% abaixo do patamar inicialmente previsto.

Apesar do otimismo, os exportadores brasileiros não deixaram de registrar um sério problema no ano: a atitude extremamente protecionista da União Européia na aplicação das regras às suas importações de carne de aves, que acarretou mesmo uma queixa do governo brasileiro junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa disputa remete às negociações compensatórias ao acordo de oleaginosas no antigo Gatt entre a então chamada CEE e terceiros países. A proposta final das negociações foi assinada pelas partes em meados de 1993, para viger retroativamente a partir de 1-1-1994, tendo-se definido que poderiam dar entrada na Europa, com total isenção de impostos, 15,5 mil t/ano de cortes desossados de carne de frango e 2,5 mil t/ano de carne de peru oriundos de terceiros países exportadores de grãos e óleos. O ganho da transação seria expressivo, já que essa isenção implicaria o não-pagamento de US$2,7 mil/t de carne avícola, ou cerca de 80% do seu preço.

No entanto, houve três desdobramentos problemáticos. O primeiro foi a complexidade da regulamentação do acordo, que terminou por atrasar a implementação das cotas tarifárias para o segundo semestre de 1994.

Em segundo lugar, o Brasil sentiu-se grandemente prejudicado com a decisão européia de reservar partes substanciais da cota a país não-produtor de oleaginosas (Tailândia, com 33%) e a país não-integrante da OMC (China, com 21%), numa evidente manobra para reduzir a parte brasileira das exportações.

Brasil — produção, exportação e consumo interno de carne de frango
1990 a 1996

Ano	Produção (t)	Exportação (t)	Consumo interno	
			Total (kg)	Per capita (kg)
1990	2.355,60	299,20	2.056,40	14,20
1991	2.627,80	321,70	2.306,10	15,70
1992	2.872,30	371,70	2.500,60	16,70
1993	3.143,00	433,50	2.709,50	17,90
1994	3.410,00	481,00	2.929,00	19,10
1995	4.050,50	433,70	3.616,80	23,20
1996*	2.997,70	407,60	2.590,10	–

Fonte: Apinco, Abef, IBGE.
* Janeiro a setembro.

O terceiro foi que a União Européia, contrariamente ao que ocorre com a cota Hilton para a carne bovina, não deu o direito de administração da cota de carne de aves ao Brasil. Com isso, o lucro da isenção terminou ficando com os próprios importadores europeus, que não informavam às empresas brasileiras se estavam comprando a mercadoria dentro da cota ou não. Além do mais, criou-se um mercado paralelo de licenças, pois a distribuição de cotas chegou a beneficiar empresas que, por serem de países não tradicionais importadores de frangos do Brasil, passaram a vendê-las a outros europeus que nelas tivessem interesse.

No momento, a Abef encontra-se especialmente engajada na busca de uma solução. Para tanto, ela vem assessorando o governo brasileiro na preparação de documentos necessários à consulta bilateral que oficialmente antecede a abertura de um *panel* na OMC. Segundo a associação, essa consulta deverá ocorrer em janeiro de 1997.

IRENE RAGUENET TROCCOLI